

Renegociação da dívida dos estados vai à sanção

Propag foi aprovado por unanimidade pelos senadores

Por Karoline Cavalcante

O plenário do Senado Federal aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Todos os 72 senadores presentes votaram a favor do texto, que segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e relatado pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que deverá sucedê-lo no ano que vem, o projeto tem como objetivo o alívio da carga de endividamento, que soma mais de R\$ 765 bilhões, sendo que cerca de 90% diz respeito a quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em troca, os estados deverão entregar alguns de seus bens à União e priorizar investimentos em áreas como educação, saneamento e segurança.

Adesão

Uma das principais modificações no texto original, acatadas por Alcolumbre, foi o ajuste no prazo para adesão ao programa. Enquanto a versão inicial do projeto estipulava 120 dias para os estados aderirem, a Câmara dos Deputados ampliou esse prazo até 31 de dezembro de 2025, e Alcolumbre acolheu. “Isso objetiva assegurar aos estados um tempo mais dilatado para que eles possam propor o abatimento das dívidas”, diz o relator, em seu parecer.

O projeto aprovado também altera as condições finan-



Castro e Zema comemoram aprovação com Pacheco

ceiras do programa. A taxa de juros atual, de IPCA + 4% ao ano, será reduzida para IPCA + 2% ao ano. Além disso, poderá haver uma redução adicional nos juros reais caso sejam cumpridos determinados requisitos, como investimentos e a alocação de recursos em um fundo destinado a todos os estados.

Situação crítica

Em seu discurso, Alcolumbre destacou a relevância do momento para a aprovação da proposta. “Diversos estados da Federação estão em situação financeira crítica, com dívidas impagáveis e sujeitas a taxas de juros exorbitantes. É certo que houve erros no passado que levaram as dívidas a esse patamar, mas agora não é o momento de apontar culpados. Precisamos nos unir para encontrar uma solução que permita o pleno pagamento das dívidas, sem prejudicar os ativos da União, e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade fiscal dos estados e a continuidade dos serviços públicos”, afirmou.

Castro e Zema

A votação contou também com a presença dos governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), que acompanharam a sessão no Congresso Nacional. Segundo Castro, a aprovação assegurou mais equilíbrio fiscal e mais oportunidades para todos. “Essa votação é resultado de muita negociação e diálogo junto ao Senado para garantir que os estados, como o Rio de Janeiro, tenham condições justas de pagamento. O Propag significa um alívio importante para os orçamentos estaduais, permitindo que os recursos sejam direcionados para áreas essenciais, como Saúde, Educação e Segurança”, afirmou.

Zema destacou a importância da medida para estados com dívidas elevadas, como o seu. “Fica aqui o meu reconhecimento ao trabalho do senador Rodrigo Pacheco, que lutou por essa solução. Isso vai

beneficiar não apenas Minas Gerais, mas vários outros estados com dívidas altas. Mais um passo em direção ao futuro”, disse.

LDO

Em dia agitado, com muitas votações nas duas casas do Congresso, a Comissão de Orçamento votou também a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Por meio de uma votação simbólica, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) do Congresso aprovou o parecer do relator, o senador Confúcio Moura (MDB-RO), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO define as metas e prioridades para o ano seguinte e serve de base para a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece o orçamento do governo.

A expectativa é que o plenário delibere a proposta na quarta-feira (18) e vote o orçamento ainda esta semana.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tânia Rego/Agência Brasil/Arquivo



Ex-presidente diz ser planos A, B e C

Teimosia de Bolsonaro atrapalha planos da direita

A insistência de Jair Bolsonaro de se declarar candidato a presidente em 2026 mesmo sendo inelegível começa a preocupar setores importantes da direita.

O problema é que a teimosia do ex-presidente prejudica a articulação de outros nomes para o Palácio do Planalto.

Ninguém em seu entorno quer brigar com ele, que já desautorizou até mes-

mo o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), seu filho, que chegou a dizer que seria um “Plano B”. O ex-capitão disse então ser os planos A, B e C.

Alternativa mais óbvia, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), reiterou que, em 2026, tentará a reeleição, e não a Presidência. Afirmção que também busca evitar problemas com seu padrinho.

Efeito Kassab

Tarcísio pode mesmo estar falando a verdade. O lançamento de sua candidatura ao Planalto geraria um problemão com seu secretário de Governo, Gilberto Kassab, presidente do PSD. Seu partido tem três ministérios e outros cargos importantes no governo federal.

Lançamento

Pra se ter ideia da angústia da direita: daqui a alguns dias, estaremos em 2025, e já poderemos falar que a eleição será no próximo ano. Em novembro de 2016, o então deputado Bolsonaro anunciou, na Câmara, que concorreria ao Planalto dali a dois anos.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Roberto Campos Neto, presidente do BC

Banco Central: o câmbio, os juros e a ‘marvada’ carne

O Copom, Comitê de Política Monetária do Banco Central, diz na ata de sua última reunião que a elevação dos preços foi causada, entre outros fatores, por uma questão que não tem a ver com gastos do governo.

Ressalta que os alimentos ficaram mais caros também por conta “da estiação observada ao longo

do ano” e da “elevação de preços de carnes”, “também afetada pelo ciclo do boi”. Ou seja, pelos períodos em que há maior ou menor disponibilidade do produto.

Lembra que esses aumentos acabam repassados para outras mercadorias devido a “importantes mecanismos inerciais da economia brasileira”.

Remédio amargo

O Copom, porém, não alerta para a necessidade de se cuidar melhor dos recursos naturais para diminuir desastres climáticos como a falta de chuvas. Sua receita é simples: aumentar os juros para diminuir o consumo e — acredite — o emprego e a renda.

Bom é ruim

Afinal, quem trabalha recebe dinheiro, faz compras, aumenta a procura — e, no limite, gera inflação. O Copom chega a falar em “mercado de trabalho robusto” e que a economia “tem surpreendido e apresentado notável resiliência”: pro BC, isso tudo é muito ruim.

Torcedores

A ata cita como uma das referências do Copom o Focus, pesquisa semanal feita com 171 empresas, a grande maioria do mercado financeiro, como bancos e corretoras. É como levar em conta a opinião de botafoguenses sobre expectativas de Palmeiras e Flamengo em 2025.

Cartão amarelo

E por falar nisso: o lobby dos clubes de futebol que viraram SAFs (Sociedades Anônimas de Futebol) tentava, até o fim da tarde de ontem, dar um jeito de impedir que a Câmara diminuísse as vantagens fiscais concedidas pelo Senado. Mas acabou perdendo o jogo.

Aprovação de Lula é meio a meio, segundo o Datafolha

Da Redação

Dois anos depois de seu início, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda divide a população brasileira pela metade. Pesquisa divulgada nesta terça-feira (17) pelo Instituto Datafolha mostra que é praticamente o mesmo o percentual daqueles que aprovam a gestão de Lula em seu terceiro mandato frente a Presidência da República e aqueles que desaprovam.

Segundo o Datafolha, Lula tem 35% de aprovação; esse percentual corresponde a quem considera a sua gestão boa ou ótima. Enquanto são 34% aqueles que o desaprovam, consideram sua gestão ruim ou péssima. Outros 29% consideram a gestão de Lula regular.

Os dados, no entanto, apontam para uma estabilidade quanto à aprovação do presidente. Com relação à rodada anterior, houve uma oscilação negativa de um ponto percentual na aprovação (antes de 36%). E de dois pontos percentuais quanto à avaliação negativa (antes em 32%).

O levantamento, no entanto, aponta para a retomada do pior momento de avaliação do presidente. Há um ano, o percentual dos que julgavam o governo Lula bom ou ótimo era oito pontos acima do percentual daqueles que julgavam ruim ou péssimo.

Paulo Pinto/Agência Brasil



País segue dividido quanto ao apoio a Lula

No mesmo período, a avaliação do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro era semelhante, embora levemente superior. Bolsonaro tinha 37% de aprovação e 32% de reprovação.

Numa comparação com os demais presidentes brasileiros desde a redemocratização do país, a atual avaliação do governo Lula só é melhor que as dos ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Michel Temer e Fernando Henrique Cardoso no seu segundo mandato no mesmo mandato.

No mesmo momento, a pior avaliação de bom e ótimo foi de Michel Temer: apenas 3%. Não muito melhor, Sarney

tinha 9%. Collor, 15%. Fernando Henrique Cardoso no segundo mandato, 24%.

Em contrapartida, a melhor avaliação já dada a um presidente também foi de Lula. Na metade do seu segundo mandato, ele foi o presidente mais popular da história, com 70% de bom e ótimo. Dilma Rousseff, na metade do seu primeiro mandato, tinha 62%. Fernando Henrique, em seu primeiro governo, 47%. Lula no primeiro governo, 45%. E Itamar Franco, 40%.

Segmentos

Lula é mais bem avaliado entre os mais pobres (44%), entre os que têm mais de 60

anos (46%), entre os menos instruídos (53%) e entre os nordestinos (49%).

Já sua desaprovção é maior na classe média que ganha entre dois e cinco salários mínimos (42%), entre os evangélicos (43%), entre os que têm ensino superior (45%) e entre os mais ricos (48%).

Com relação à expectativa quanto ao restante do governo, 38% acham que a segunda metade será ótima ou boa. E 34% acham que será ruim ou péssima. Para 25%, será regular.

No início do governo, 50% achavam que o governo Lula seria ótimo ou bom, e 21% eram pessimistas.

Para 58%, Lula até agora fez menos do que podia. Somente 15% acham que fez mais. E 24% avaliam que o presidente fez o que era esperado.

Problemas

Para a maior parte dos entrevistados (21%), o maior problema do país hoje é a saúde. Em seguida, vem a segurança pública, para 12%. A economia é o maior problema para 9%. Com o mesmo percentual de 8%, vêm em seguida educação e desemprego.

O Datafolha ouviu 2.002 pessoas em 113 cidades do país entre os dias 12 e 13 de dezembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.